

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
CORREDOR CULTURAL DE HAMBURGO VELHO E SEU ENTORNO

Aos 04 dias do mês de março do ano de 2020, no auditório da Casa das Artes de Novo Hamburgo, sito à Av. Primeiro de Março, nº 59, bairro Centro, neste Município, ocorreu a Audiência Pública sobre o Corredor Cultural de Hamburgo Velho e seu entorno, a convite do Gabinete da Prefeita do Município de Novo Hamburgo, com base dos termos do artigo 39 da Lei Orgânica Municipal, para debater e apresentar a proposta de possível alteração do Plano Diretor Urbanístico e Ambiental (PDUA), no que tange à ampliação da poligonal do Corredor Cultural de Hamburgo Velho e seu entorno. A Senhora Roberta Gomes de Oliveira, Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, presidente desta sessão, juntamente com o Senhor Ralfe Cardoso, Secretário de Cultura, deu as boas vindas aos Secretários, Diretores e funcionários da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, representantes de Vereadores, representantes de entidades, arquitetos, engenheiros e comunidade presente na Audiência Pública. Roberta leu o “Aviso nº 09/2020”, o qual foi publicado no Jornal NH no dia 26 de fevereiro de 2020, sendo este afixado nos murais da Câmara de Vereadores, PMNH e na sala da Diretoria de Desenvolvimento Urbano. A secretária também explicou a dinâmica da Audiência Pública. Chamou para compor a mesa a diretora de Desenvolvimento Urbano Sra. Laís Corteletti, a representante da Comissão do Patrimônio Cultural e Natural Sra. Marina Simon e as Sras. Carolina Lampert e Fernanda Luft, da procuradoria do município. Solicitou que perguntas fossem feitas preferencialmente por escrito. Ralfe Cardoso explanou sobre as diferenças entre o Corredor Cultural determinado pelo Município -especificado no Plano Diretor - e a abrangência maior deste corredor na visão do IPHAE. Explicou que o tema seria tratado em duas audiências públicas: esta, a primeira, para proposição de ideias e uma segunda, em data a ser definida, para apresentação do texto da lei. Somente depois o projeto será encaminhado para aprovação na Câmara Municipal. Através de projeção de imagens na tela, Roberta apresentou um breve relato cronológico dos fatos, desde o Tombamento Provisório determinado pelo IPHAE até o seu cancelamento. Demonstrou em mapas e gráficos a abrangência da área atingida e os condicionantes urbanísticos vigentes pelo PDUA, comparados ao proposto pelo IPHAE. Mencionou necessidade de definição dos limites de área de tombamento e área de entorno, sendo que outros condicionantes urbanísticos seguem os índices já existentes no Corredor Cultural. Explicou em que etapa se encontram os processos de licitação do Inventário dos Bens de Interesse de Preservação e a Revisão do PDUA. Terminada a apresentação, Roberta abriu a audiência para a leitura das perguntas elaboradas pelos presentes:

a-Ariadne Decker, artista plástica, questionou os procedimentos para contratação da equipe que fará o Inventário do Patrimônio Histórico, argumentando que alguém de fora da cidade não tem conhecimento suficiente, sugerindo ser obrigatório historiadores da própria cidade; Paulo Daniel Spolier se apresentou como historiador do quadro de funcionários da Prefeitura e, junto com Carolina Lampert, explicou que os processo de licitação não permite este tipo de condicionamento para equipes que se candidatarem.

b- cidadão que não se identificou questionou a razão da desistência do IPHAE no processo de tombamento; Ralfe Cardoso respondeu que o Estado está sem condições financeiras de manter a execução da proposta.

c- cidadão que não se identificou questionou sobre a capacidade financeira para a manutenção da proposta; Ralfe esclareceu que nesta audiência pública não está em discussão o tombamento de bens imóveis, apenas a manutenção da poligonal proposta pelo IPHAE até que a revisão do PDUA esteja finalizada. Tais critérios vinham sendo aplicados até o cancelamento do tombamento provisório. Como a revisão do PDUA está em processo e será finalizada em curto espaço de tempo – e nesta revisão o Corredor Cultural será estudado na sua especificidade e na sua relação com a

cidade inteira- a questão que urge é definir se neste intervalo mantemos os princípios da proposta IPHAE ou retornamos aos condicionantes originais do PDUA.

d- cidadão que não se identificou questionou se, quando feito o Inventário do Patrimônio Histórico, o proprietário será avisado; Ralfe respondeu que sim.

e- Maicon Schaab, se manifesta como presidente do Conselho do Patrimônio Histórico e afirma que, desde a sua formação, o Conselho nunca foi consultado sobre o assunto pela Prefeitura. Lamentou ter tomado conhecimento desta audiência apenas na semana. Informou que o Conselho está preparando a sua proposta para a Revisão do PDUA e solicita que ele seja consultado sobre o assunto em pauta; Ralfe afirma que a audiência teve que ser feita em curto espaço de tempo, considerando o recente cancelamento por parte do IPHAE e a proximidade da revisão do PDUA. É uma lacuna de tempo que poderá interromper um projeto que vinha sendo executado nos últimos anos. A proposta da audiência é a elaboração de medidas protetivas para que o trabalho iniciado não se perca – até que a revisão do PDUA faça os devidos estudos que, agora, ainda não estão concluídos.

f- Maria Luiza Sanvito pergunta como pode ter acesso ao inventário atual, onde possa consultar quais as edificações listadas; foi-lhe respondido que tem acesso no sistema SigNH, na página da Prefeitura na internet ou pode solicitar pelo e-mail culturanh@novohamburgo.rs.gov.br.

g- Sr. J.A.Pezzi, também membro do Conselho do Patrimônio Histórico questiona a delimitação do perímetro da área de entorno; foi-lhe respondido que é o mesmo perímetro determinado pelo IPHAE

h- Sr. Celso, da Construtora Cisplan pergunta se a discussão é do Tombamento do Patrimônio Histórico, porque está se discutindo Índice de Aproveitamento e Taxa de Ocupação; neste momento houve a intervenção da Sra. Suzana Vielitz de Oliveira, arquiteta e professora da Feevale, parabenizando a ação da audiência pública e da proposta; argumentou que a discussão do Patrimônio Histórico não se concentra na edificação como indivíduo arquitetônico, mas num contexto maior de área, de bairro, de cidade.

i-Sra. Enia se manifesta concordando com a preservação mas não com as limitações de altura ou de características arquitetônicas; que na Europa funciona assim e é bonito; neste momento houve a intervenção da Sra. Ariadne Decker argumentando que não é possível fazer comparações com a Europa onde bairros inteiros ou até cidades inteiras são preservados; que na dimensão da nossa cidade temos que preservar o mínimo ou tudo se perderá; mencionou a necessidade de compensações para os proprietários, visto que apenas a atual isenção do IPTU não resolve; que deve-se criar bônus e não ônus aos proprietários; que deve-se pensar em sustentabilidade das edificações; disse concordar com o perímetro determinado pelo IPHAE.

j-Sr. Gustavo disse haver conflito entre as unidades individuais e o perímetro do corredor cultural; disse entender que o Corredor Cultural deva ser apenas a Rua General Osório e discorda de muitos prédios listados no Inventário atual; disse gostar do velho misturado com o novo e lamentou a perda do empreendimento Elo na empresa H.Lar no Bairro Hamburgo Velho;

k-Sr. Tarcísio Zimmermann lamentou que a proposta do desenvolvimento do Corredor Cultural tenha sido eliminada do Projeto do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, do qual fazia parte; disse que a proposta do IPHAE não passou previamente pelo município, entendendo que o prazo de um ano para o assunto ser aprofundando é válido, disse concordar com a proposta do IPHAE; sugeriu que a revisão do PDUA institua o índice construtivo 1,0 para toda a cidade.

l- Sra. Gabriela Piardi se manifesta afirmando que a cidade deve assumir, em primeiro lugar, se deseja de fato um Patrimônio Histórico. Que há uma demarcação federal, outra estadual, outra municipal; disse que a Prefeitura deve assumir ou não assumir a questão; que a cidade deve definir se quer ou não quer preservar, que a discussão se prolonga por anos e não há decisões concretas sobre o assunto.

m- Sr. Volnei Ferrari, presidente da Associação de Moradores de Hamburgo Velho, afirma que o

Corredor era bastante habitado, hoje não é mais; poucos moradores, alguns comércios e muitos vazios; concorda com a demarcação do Corredor, mas não com a do entorno.

Encerrada a manifestação pública, o Sr. Ralfe Cardoso falou em nome da Secretaria de Cultura, cuja opinião é manter toda a proposta do IPHAE, tanto para o corredor quanto para o entorno. Disse que o mérito desta audiência é trazer a discussão, com manifestações calorosas e apaixonadas – como devem ser. Disse entender que medidas compensatórias para os bens tombados são necessárias, mas que não é a pauta este momento. Ressalta os “princípios da precaução” como geradores desta audiência pública; que a discussão deve seguir com maior profundidade e estudos, mas que a questão imediata é a preservação da proposta IPHAE até que se tenha embasamento maior para novas decisões. Comentou que a preservação de sítios e bens imóveis históricos pode ser feita em parcerias com a iniciativa privada e/ ou financiamentos. Afirmou que a SECULT já conseguiu este tipo de parceria para o carnaval da cidade e tem projeto semelhante para o restauro do Monumento Imigrante.

A Sra. Roberta Gomes de Oliveira falou em nome da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Afirmando haver muitas discussões dentro do corpo técnico da Prefeitura questionando qual a melhor dimensão para a área de proteção e salientou que o debate deve ser mais amplo, entre toda a comunidade. Roberta ainda solicitou que manifestações por escrito, sejam enviadas por e-mail para planodiretor@novohamburgo.rs.gov.br. Afirmou que outra audiência pública será agendada, local e data serão comunicados com antecedência.

Não havendo mais nenhum questionamento, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Audiência Pública. Sendo estas as anotações da Audiência Pública, esta ata vai assinada por mim, Rafael Daudt que secretariei a sessão, pela Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Roberta Gomes de Oliveira e pelo Secretário de Cultura – Ralfe Cardoso.

Rafael Daudt
secretário

Roberta Gomes de Oliveira
presidente

Ralfe Cardoso